



2965-6931

EDITORIAL

CC BY 4.0



Enfrentando as crises na América Latina: tendências contemporâneas, experiências alternativas e abordagens emergentes

Jaime Antonio Preciado Coronado
Universidad de Guadalajara (UdeG)

 <https://orcid.org/0000-0002-3324-8569>
jaime.preciado@academicos.udg.mx

Jochen Kemner
University of Kassel (Uni Kassel)

 <https://orcid.org/0000-0002-2862-921X>
kemner@uni-kassel.de

Felipe Nunes Coelho Magalhães
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

 <https://orcid.org/0000-0003-3491-2182>
felmagalhaes@ufmg.br

João Bosco Moura Tonucci Filho
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

 <https://orcid.org/0000-0002-4298-455X>
joaotonucci@cedeplar.ufmg.br

Durante seis anos, de 2019 a 2024, o programa da Cátedra CALAS-IEAT/UFMG, administrado pelo Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da Universidade Federal de Minas Gerais (IEAT/UFMG) e patrocinado pelo Centro Maria Sibylla Merian de Estudos Latino-Americanos Avançados (CALAS, por suas siglas em inglês), convocou especialistas em estudos latino-americanos interessados em investigar as experiências de crise na região. Em seus projetos de pesquisa, os titulares da cátedra que participaram do programa, provenientes da Venezuela, da Argentina, do Brasil e de Porto Rico, abordaram diversos problemas atuais, bem como as estratégias que diferentes atores propõem para enfrentá-los. Dessa forma, o programa promoveu a pesquisa transdisciplinar sobre os fenômenos de crise, os processos de transformação social que os acompanham e o papel dos diferentes atores sociais. Isso incluiu estudos sobre paz e violência, desigualdade social, crises ambientais, a crise da democracia em tempos de polarização política e tensões identitárias em sociedades plurais.

Esta edição especial da Revista da UFMG reúne contribuições dos próprios professores e de cientistas sociais que abordam diversas questões sobre como as crises provocam, tornam visíveis ou são sintomas de profundas mudanças sociais, e como a mudança social induzida pelas crises é percebida e refletida por diversos atores sociais em diferentes âmbitos, desde a política, a economia, o território, a cultura ou os movimentos sociais na América Latina e no Caribe.

O Programa “Enfrentar as Crises” entende as crises como processos nos quais os conflitos se intensificam e se tornam mais visíveis, mas também como períodos capazes de questionar estruturas consideradas inalteráveis, nos quais podem se estabelecer novas constelações entre atores sociais. Essa forma de compreender a crise refere-se a situações de mudanças repentinas, nas quais até mesmo as condições mais básicas podem se transformar.

Em vez de classificar as crises precipitadamente por meio de metateorias — muitas vezes eurocêntricas —, como, por exemplo, a relação antagônica entre progresso e declínio, o conceito de crise é entendido, antes, como uma renovação permanente e a condição

básica de uma “modernidade líquida” (Bauman, 2003). A incerteza quanto ao futuro, que se intensifica em tempos de crise, implica que as práticas habituais são postas em questão, o que traz como consequência a necessidade e a oportunidade de estabelecer novos processos ou formas de agir e tomar decisões. Justamente porque o status quo está sendo ameaçado de dissolução e as novas condições ainda são pouco claras, analisar as crises é de particular importância para compreender as mudanças e orientações necessárias para conceber (re)ações adequadas. Portanto, além de levar em conta aspectos sistêmicos da crise, o programa “Enfrentando as Crises” enfatizou a análise das ações e reflexões dos diferentes atores envolvidos ou afetados durante “eventos críticos” ou “momentos críticos”.

Em estudos com perspectiva histórica, é possível identificar, dessa forma, estratégias de superação aparentemente dominantes que podem servir como antecedentes para a elaboração de respostas no presente. No entanto, atualmente, a mudança provocada pelas crises se apresenta muitas vezes como um horizonte aberto, atravessado por diferentes vertentes. Diante desse horizonte aberto e incerto de expectativas, mesmo tendo à disposição um vasto espaço de experiências (Koselleck 1993), os atores elaboram mapas cognitivos, como fariam para explorar territórios desconhecidos.

No que diz respeito à sua abordagem regional, o programa parte, além disso, de uma profunda alteração de perspectiva. Em vez de caracterizar a América Latina como um subcontinente em crise permanente — como costuma prevalecer em muitos discursos da mídia, dentro e fora da região —, destacou-se a busca criativa que está sendo realizada na América Latina e no Caribe por estratégias sociais, econômicas, ecológicas, culturais e políticas para enfrentar as múltiplas crises. Nesse sentido, a região é um laboratório onde se reúnem as mais diversas concepções e ideias sobre como superar as crises; estas podem competir entre si, mas também cooperar, gerando assim um impacto em nível global.

Em uma das primeiras publicações da série de ensaios do CALAS “Enfrentar as crises a partir da América Latina”, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander (2019) alertou sobre a crise civilizacional em que se encontrava não apenas a América Latina, mas o mundo inteiro, devido, em primeiro lugar, à crise climática e à degradação ambiental. Sem dúvida, desde então, o mundo em geral, e a América Latina em particular, atravessam

múltiplas crises que culminaram de tal forma que se pode afirmar que constituem pontos de inflexão na e para a sociedade como um todo. As crises políticas, econômicas, culturais ou sociais não podem ser separadas; observamos um entrelaçamento de diferentes crises, que tem sido denominado “policrise” ou “multicrise”.

Lander escreve em um momento em que o otimismo que havia surgido na região no início do século XXI, durante o breve período do “boom das matérias-primas” e da “onda rosa” de governos que se autodenominavam progressistas com suas políticas redistributivas, já estava se esvaindo. Esses governos haviam adaptado o modelo de desenvolvimento extrativista tradicional – predominante na região desde a época colonial – para financiar programas sociais que permitiram a vários países tirar uma parte considerável de sua população da pobreza (extrema). No entanto, não se realizaram políticas fiscais nem reformas dos direitos sociais capazes de mitigar os efeitos paralelos do enriquecimento extremo. A consequência da caída dos preços dos recursos naturais foi que grande parte das camadas sociais que haviam acabado de sair da pobreza voltaram a cair nela, enquanto as elites que se apoderaram do poder e se enriqueceram durante o boom mantiveram seu poder e sua riqueza; assim, ao final dessa breve época de boom econômico, a disparidade entre as classes sociais havia se ampliado ainda mais. Esse caso demonstrou de forma exemplar como as diferentes classes sociais são capazes de enfrentar os impactos das diversas crises. As elites (econômicas) não apenas demonstram maior resiliência para superar ou evitar o impacto direto das crises graças ao seu capital (material e imaterial), mas também condicionam a forma como as mudanças sociais e ecológicas são percebidas e abordadas em contextos de crise. No contexto e como consequência direta da crise dos mercados globais e da financeirização, surgiram novas elites econômicas que consolidam estratégias que priorizam os lucros de curto prazo como meio de contornar os problemas, em vez de empreender esforços coletivos para estabelecer uma estrutura econômica sustentável.

Sem dúvida, a pandemia da COVID-19 foi o evento disruptivo mais importante nos últimos anos. Inúmeros estudos têm sido dedicados a essa crise sanitária e ao seu impacto como “ponto de inflexão” em diversos âmbitos de política e intervenção. Como uma lente de aumento, a pandemia revelou, em escala global e regional, a capacidade dos países latino-americanos de responder ao desafio que essa crise representava. Os primeiros

estudos do CALAS (Gutiérrez Cham et al., 2021) apontaram as crescentes desigualdades decorrentes da epidemia de COVID-19, que estavam provocando uma erosão das conquistas sociais e institucionais, um aumento da violência e um enfraquecimento da confiança nos sistemas reguladores democráticos. Os programas de assistência social implementados pelos diversos governos não conseguiram, em geral, mitigar o efeito da crise sobre a renda das famílias.

Ao mesmo tempo, a pandemia revelou o quão difícil é, mesmo em condições de crise extrema, transformar de forma permanente estruturas e comportamentos arraigados desde há muito tempo. Justamente nos primeiros meses da crise sanitária mundial, muitas vozes, mesmo na América Latina, apontaram que a solução para o problema não poderia ser alcançada (apenas) por meio de inovações médico-farmacêuticas, mas exigia uma reorganização fundamental da convivência, da relação entre o público e o privado e da ordem econômica, social e política. Dessas concepções e ideias vanguardistas, em parte radicais, visionárias e utópicas, pouco restou ou conseguiu se impor. A economia, os sistemas políticos, os sistemas de saúde e de educação — para citar alguns âmbitos fundamentais nos quais se exigia uma mudança de mentalidade — voltaram ao status quo após o fim da situação de emergência. Nesse sentido, a pandemia foi um aviso importante sobre o quão complexo é fazer com que as estratégias de gestão de crises, além de superar a situação de emergência imediata, sirvam realmente para dar início a processos de mudança fundamentais.

A questão da temporalidade também ocupa um lugar de destaque no contexto da crise ambiental. Nos anos que antecederam a pandemia, as mudanças climáticas globais, o aquecimento global, o incremento de catástrofes climáticas e a perda de biodiversidade constituíam o tema central do debate. Essas questões foram posteriormente ofuscadas pela crise sanitária e, por sua vez, pelos conflitos político-militares, que também adquiriram relevância mundial (Ucrânia, Gaza e, mais recentemente, Irã). Isso não significa que as manifestações da crise ambiental tenham desaparecido ou sido resolvidas, mas, na economia da urgência e da atenção, elas passaram para segundo plano.

Nesse contexto, a noção geológica do Antropoceno emergiu como um dos conceitos mais disruptivos das ciências contemporâneas. O Antropoceno tem o potencial intelectual

de questionar fatos que antes eram considerados óbvios. Ele questiona radicalmente a antiga separação ocidental entre natureza e cultura, uma vez que a história do planeta Terra não é mais regida exclusivamente pelas leis da natureza, mas é determinada pela história das sociedades humanas. Por outro lado, a sociedade não pode mais ser compreendida sem a inclusão inevitável dos sistemas planetários e de seus limites. Além de seu impacto no âmbito acadêmico, o surgimento do conceito de Antropoceno é um acontecimento histórico-político que evidencia a necessidade global não apenas de repensar, mas também de reconfigurar de maneira fundamental a relação entre a humanidade e a natureza. Nesse sentido, o Antropoceno está transformando as formas de pensar, a linguagem, a sociedade e, acima de tudo, de compreender a magnitude das crises planetárias.

No âmbito político, a atribuição de uma “crise democrática” na América Latina tem sido uma afirmação constante. A noção de “crise” é inerente à experiência democrática e não uma expressão de desvio em relação a um caminho pré-estabelecido e testado. A manifestação contemporânea dessas crises apresenta diversas modalidades na região no que diz respeito a causas e sintomas, mas cada país tem oferecido respostas institucionais e econômicas específicas, bem como formas de resistência e inovações sociais. As crises nas democracias estão colocando em questão as visões politicamente limitadas do que é e do que deveria ser a democracia. Ou seja, como a distância entre a perenidade de um ideal democrático normativo e as práticas que buscam estabelecer novos direitos se ampliou, tal ideal tem sido questionado. As crises econômicas, bem como a vulnerabilidade dos direitos dos cidadãos, por um lado, juntas com as consequências da desigualdade e da violência, por outro, fizeram com que muita gente desconfie dos regimes democráticos, dos partidos políticos e dos Estados na hora de escolher o regime sob o qual viver. Esses mal-estares levam, às vezes, ao surgimento e ao estabelecimento de novos autoritarismos. Esse fenômeno deve ser estudado a partir de uma perspectiva relacional e com sensibilidade histórica, uma vez que não afeta apenas as sociedades do “Sul Global”. O que ficou evidente justamente nos últimos anos, e como resultado de eleições em vários países, é que o autoritarismo e a democracia não se comportam em uma relação dicotômica, mas estão inter-relacionados, juntamente com diversas formas democráticas de resistência.

Isso nos leva às questões relacionadas aos atores que enfrentam crises e transformações sociais. Os movimentos sociais são de particular interesse para analisar a construção e o surgimento de novas formas e respostas sociais para lidar com diversas crises. Cenários de protesto social haviam eclodido em vários países da América Latina e do Caribe imediatamente antes da pandemia da COVID-19. Embora tenham sido reprimidos por medidas regulatórias do Estado durante a emergência sanitária, eles criaram, pelo menos temporariamente, novas comunidades políticas de pertença que se formaram fora das associações clássicas, como partidos políticos, sindicatos ou organizações não governamentais.

Também merece destaque a importância das produções culturais, literárias, estéticas e (audi)visuais para refletir sobre as crises e explorar seus impactos, especialmente a partir das subjetividades. As produções culturais são capazes de rastrear, quase como um sismógrafo, as fraturas sociais e torná-las tangíveis por meio da arte. Produções culturais como o cinema podem, por si só, servir como estratégias de gestão de crises e expressões de visões e utopias transfronteiriças. É claro que o próprio campo da produção cultural e as mídias sociais associadas a ele também estão sujeitos a processos de mudança social e a noções de crise.

Há algumas décadas a geografia humana, o campo dos estudos urbanos e outras abordagens que trabalham com o espaço humano como sujeito central de pesquisa vem insistindo na importância de entender tal espaço não como mero repositório de eventos e das dinâmicas históricas, mas como a dimensão constitutiva das contradições e dos conflitos, das violências do colonialismo de longa duração e dos colapsos ecológicos, dando forma e conteúdo de maneira concreta e desigual a estas dinâmicas. Os textos do dossiê revelam um aspecto determinante das perspectivas latinoamericanas acerca das múltiplas crises atuais, que é a centralidade da dimensão socioespacial nos processos que as constituem e reproduzem. Das lutas das quebradeiras de coco babaçu às disputas pela memória urbana no pós-pandemia, passando pelas ontologias relacionais e pelas narrativas de resistência frente ao avanço do extrativismo, os territórios são elemento central das dinâmicas heterônomas e produtoras de injustiça, e se afirmam como campo de batalha também epistemológico e político. Não é por acaso que esta perspectiva socioespacial ganha proeminência nos artigos do dossiê – ela envolve uma recusa de

entendimentos distanciados das realidades concretas e um reconhecimento do espaço e dos territórios como lugares inescapáveis da crítica e da reconstrução de saídas políticas para o nosso tempo.

O que fica claro é que, diante de múltiplas crises hipercomplexas, não pode haver soluções simples e unilaterais. Portanto, a tarefa da produção de conhecimento (acadêmico) é levar em consideração as complexidades desses fenômenos e avançar em novas formas de estratégias de resolução de crises. O programa de pesquisa CALAS tem enfatizado a necessidade de estabelecer formas dialógicas e horizontais de produção de conhecimento (Corona 2020; Cornejo e Rufer 2020). Nesse contexto, o diálogo é uma ferramenta básica de comunicação tanto para detectar, compreender e construir novos conhecimentos diante de múltiplas crises quanto para lidar com elas.

Na troca de ideias, sentimentos e opiniões, os atores podem perceber que a ordem estabelecida é frequentemente disfuncional; que as antigas regras não estão mais em vigor e que as formas habituais de ação já não são suficientes para enfrentar e resolver os problemas atuais. Além de detectar essas fissuras e rupturas críticas, o diálogo é também uma forma social de encontrar respostas para diversas crises. Quando conduzido com equidade e horizontalidade, é um espaço privilegiado de criatividade social. No encontro de dois ou mais sistemas de conhecimento, estes não apenas se somam, mas podem criar um conhecimento inovador, e até mesmo emancipatório. Quando todas as vozes estão presentes no contexto da horizontalidade enunciativa como interlocutores que definem e são definidos pelo discurso do outro, aproximamo-nos do objetivo político da horizontalidade: a coexistência no espaço público.

Um diálogo horizontal entre iguais requer muitos fatores e também uma reflexão metodológica que implique escuta, reconhecimento mútuo e participação igualitária ao longo de todo o processo. Exige ainda a capacidade de autocrítica, formas narrativas polifônicas e dialógicas, bem como a representação do outro. Nesse sentido, atribuições simplistas de certos fenômenos sociais, como a “crise migratória” ou a “crise da democracia”, também devem ser abordadas criticamente no que diz respeito aos seus fundamentos e imaginários de “crise”, muitas vezes eurocêntricos ou ocidentalistas. Um exemplo dessa prática nesta edição especial é, certamente, a contribuição do nosso titular

convidado da Cátedra, Ailton Krenak, que, a partir da epistemologia indígena, critica estratégias para lidar com crises globais, como os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Com isso em mente, convidamos os leitores desta edição da Revista UFMG a consultar as contribuições tanto dos vários titulares das cátedras do CALAS/IEAT quanto dos autores que responderam à chamada para refletir sobre tendências contemporâneas, experiências alternativas e abordagens emergentes ao enfrentar as crises na América Latina.

REFERÊNCIAS

Bauman, Zygmunt (2003). *Modernidad Líquida*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Cornejo, Ines; Rufer, Mario (2020). *Horizontalidad. Hacia una crítica de la metodología*. Buenos Aires: CLACSO.

Corona Berkin, Sarah (2020). *La producción horizontal del conocimiento*. Guadalajara: Editorial Universidad de Guadalajara.

Gutiérrez Cham, Gerardo; Herrera Lima, Susana; Kemner, Jochen (2021). *Pandemia y crisis: El Covid-19 en América Latina*. Guadalajara: Editorial Universidad de Guadalajara.

Lander, Edgardo (2019). *Crisis civilizatoria. Experiencias de los gobiernos progresistas y debates en la izquierda latinoamericana*. Guadalajara: Editorial Universidad de Guadalajara.

Koselleck, Reinhart (1993). *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós.

Preciado Coronado, Jaime (2024). *Del estallido social a la comunidad geopolítica de pertenencia*. Buenos Aires: CLACSO.